

...

Senhores empossandos, novos integrantes do Colendo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, novos membros do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e da Ínclita Comissão Processante Permanente.

Não seria de bom-tom, neste momento, fazer um apanhando histórico sobre as origens e importância do Ministério Público, notadamente em razão da brevidade que deve marcar esta solenidade. Mas, lembrar sua conformação recente, neste momento em que sofre agravos tendentes à sua amesquinhação, relevando seus compromissos e missões, tem tudo a ver com a posse de novos integrantes dos principais órgãos da Instituição.

O Ministério Público contemporâneo é o da Carta de 1988, estabelecido como o defensor da legalidade democrática, da ordem jurídica, dos direitos sociais e dos direitos individuais indisponíveis. Na sua gênese está a democracia, o incondicional respeito aos direitos humanos e às liberdades públicas. Ganhou este feitio no momento constituinte, período em que este País refundou o Estado Brasileiro através de princípios e normas destinados a garantir possibilidades de justiça social e exercício pleno da cidadania, aspirações resultantes do asfixiamento dos direitos levado à cabo pela ditadura.

Na síntese apertada é isto mesmo: o Ministério Público é a instituição republicana criada pela Constituição

de 1988 para promover a justiça social e defender as liberdades.

O tempo, todavia, vem demonstrando que além do romantismo derivado da sua importância normativa, a prática, moldada por fatores externos e internos, é na sua essência uma atividade de permanente e difícil combate.

Externamente o Ministério Público **incomoda** quando cumpre ou tenta cumprir suas funções. O combate à criminalidade, à corrupção, à improbidade administrativa, de um lado, e, de outro, a exigência de prestações positivas inerentes aos direitos sociais, veem produzindo poderosos inimigos, obviamente descontentes com a luta obstinada do Ministério Público por uma sociedade pacífica, ética e igualitária.

Internamente as dificuldades adensam-se na falsa compreensão de que o exercício da atividade ministerial representa apenas um emprego, que seus integrantes se aglutinam em uma corporação autocentrada ou que suas funções constitucionais se exaurem em atividades burocráticas desprovidas de eficácia transformadora.

Obviamente que este singelo diagnóstico não é generalista, porquanto muitos integrantes da classe política lutam também por uma sociedade mais justa.

E, no plano interno, é de se frisar que a maioria dos membros da Instituição se comporta como ardorosa e

abnegada defensora dos valores que a Constituição de 1988 corajosamente elegeu. Falo isto com a autoridade do meu cargo de Corregedor Geral do Ministério Público, depois de três anos de mandato, tendo a felicidade de testemunhar trabalhos de inexcelável qualidade e de sólido compromisso com a vivificação das promessas constitucionais.

Mas, não posso olvidar que a reação externa advém, em regra, de poderosos que tiveram seus interesses contrariados pela exação do dever ministerial e que, no plano interno, contribuimos para essa situação de ataque através do distanciamento dos princípios e valores amalgamados nos contornos democráticos do Ministério Público Brasileiro.

Assim, todos nós, integrantes da Administração Superior do Ministério Público Paulista, temos a obrigação do combate, nos dois planos: externo e interno.

Se externamente a representação da PGJ e da APMP vem se demonstrado pronta e ativa, resultado de um trabalho permanente e exaustivo das nossas lideranças, no plano interno concito a todos, especialmente os empossandos, a lutar pela consolidação ou resgate dos nossos valores, que se resumem, como disse, no incessante trabalho na promoção da justiça social e defesa das liberdades públicas.

E, com o devido respeito, não precisamos de muitas reflexões. Basta atentar para conformação democrática da nossa instituição, lembrar constantemente que o trabalho consequente e corajoso é o melhor antídoto aos venenos destilados na atualidade e que o poder, qualquer que seja ele e notadamente o nosso, emana do povo e seu nome deve ser exercido.

Que Deus nos ilumine, especialmente a todos os queridos empossados. Sejam muito bem-vindos.